

O DESEMPREGO CRÔNICO NO PAÍS: ASPECTOS SOCIAIS E PSICOLÓGICOS (*)

Almir Del Prette (**)
(Univ. Federal de Uberlândia)

RESUMO

DEL PRETTE, A. *O desemprego crônico no país: aspectos sociais e psicológicos*. *Estudos de Psicologia*, 10(1): 119 - 130, 1993

Questiona-se a visão clínica sobre o desemprego, contrapondo-a a uma perspectiva psicossocial. A análise aponta para a possibilidade de atuação do psicólogo junto aos desempregados, tanto no desenvolvimento de programas de suporte e treinamento, quanto no acompanhamento e apoio nas estratégias individuais e/ou coletivas de sobrevivência e de exercício de direito ao trabalho, enfatizando a importância da pesquisa sobre esses aspectos.

Palavras-chave: desemprego, atuação de psicólogos sociais, pesquisa

A Psicologia possui uma certa tradição de estudos teóricos e empíricos, no campo do trabalho, em especial aqueles ligados às organizações. A ênfase desses estudos recai sobre as categorias "psicologia de pessoal" e "engenharia do comportamento". A primeira se compõe de itens como seleção, treinamento, avaliação, etc., enquanto a segunda inclui desempenho, ambiente, planejamento, etc.

Tais estudos refletem uma perspectiva do funcionamento organizacional sobre o universo do trabalho e, em grande parte, não levam em consideração o seu significado para o trabalhador, como ele o representa e o contrapõe ao não trabalho voluntário e/ou involuntário.

(*) A primeira versão deste trabalho foi lida pela Prof.^a Dr.^a Zilda A.P. Del Prette, da UFU (**), que contribuiu para a sua organização. Uma outra versão foi discutida com o Prof. Dr. Marco Antônio de Castro Figueiredo, da USP/IRP e com o Prof. Dr. Antonio Ribeiro de Almeida, da UFU. Nem todas as sugestões desses colegas foram aproveitadas, mas a eles sou reconhecido pelo interesse demonstrado.

(**) Universidade Federal de Uberlândia (MG).

Com relação ao não trabalho, em particular o involuntário, denominado de desemprego, o seu interesse no âmbito da Psicologia é relativamente recente. Os estudos sobre o desemprego situavam-no nas subáreas de clínica, personalidade e social. Os compêndios tradicionais de Psicologia Aplicada, como o de Anne Anastasi (1972), e os de Psicologia Industrial, como o de Tiffin e McCormick (1969), ambos com cerca de 900 páginas, não trazem nenhum item sobre o não trabalho.

Após a grande recessão americana, na década de 30, observou-se um aumento considerável de pesquisa com a população desempregada. A partir dessa época, a maioria dos estudos sobre o desemprego tomaram-no sob uma perspectiva clínica, analisando-o em termos de processos psicológicos, desvios e traços de personalidade. Associadas a situação de desemprego, dava-se ênfase a categorias como apatia, depressão, motivação, ansiedade, etc. Teorias skinnerianas, psicanalíticas e conceitos organísmicos (impulsos, drives) alternavam-se nas propostas explicativas, porém, na maioria das vezes, abstraindo os aspectos sociais, históricos e econômicos que, de alguma maneira, processam representações e crenças no trabalhador desempregado.

A análise da relação entre traços depressivos e situações de desemprego, obtida em muitas pesquisas (por exemplo, Feather e Davenport, 1981), freqüentemente deixa de considerar as condições antecedentes de trabalho, como a despersonalização da tarefa, o isolamento, a repetitividade de ações, etc., enquanto componentes facilitadores ou determinantes de tais "desvios".

A ênfase nos modelos de personalidade e de psicopatologia é identificada em vários estudos, como os de Jahoda (1981), Eisenberg e Lazarsfeld (1982), Feath e Barber (1982), O'Brian (1985).

O que se pode constatar, portanto, é a ausência de uma perspectiva que considere a relação trabalho-não trabalho e uma dificuldade de superação da visão clínica sobre o desemprego. Os enfoques dicotômico (trabalho-desemprego) e clínico parecem limitar a análise psicológica, na medida em que desconsideram a relação entre esses dois momentos e a existência de fatores contextuais próprios dos sistemas de produção. Nas sociedades periféricas, como é o caso da brasileira, o trabalhador sofre pressões diretas relacionadas ao sistema de produção e aquelas provindas das alterações bruscas e freqüentes na política econômica.

O presente trabalho pretende chamar a atenção para os aspectos psicossociais do desemprego que poderiam indicar possíveis caminhos para a atuação do psicólogo nessa área, tanto em termos de compreensão como de possibilidade de intervenção não-clínica na abordagem ao problema do desemprego

ASPECTOS SOCIAIS DO DESEMPREGO

Duas categorias tem sido utilizadas na caracterização do desemprego, a conjuntural e a estrutural. A do desemprego conjuntural relaciona o fenômeno ao funcionamento da economia e a estrutural às oscilações periódicas das atividades econômicas (Serra, 1984). O caráter cíclico contribui menos na exacerbação do desemprego, pois a força de oferta de trabalho pode ser, dentro de um período relativamente não muito longo, reabsorvida. Como exemplo, pode-se apontar a grande depressão americana da década de 30. Já o desemprego de caráter estrutural tende a ser mais permanente, e reverter sua tendência requer uma reorientação ampla na política econômica de desenvolvimento e na mobilização de praticamente todas as forças de uma nação.

A economia clássica (Krietmeyer, 1982) considera o desemprego como parte de um desvio ocasional do sistema que seria naturalmente corrigido pelas regras desenvolvidas pela livre empresa. Marx (1984), porém, defende a tese de que o fenômeno é inerente e permanente ao capitalismo, e distingue três formas de "exército industrial de reserva": a flutuante, a latente e a estagnária. A forma flutuante é representada pelo contingente que salta de função em função, contratado e demitido com base nas flutuações do capital e da tecnologia. A categoria latente é a que se encontra nas zonas rurais e que, devido a fatores variáveis da política agrícola, pode deslocar-se para as cidades, permanecendo disponível. A população designada de estagnária é a que mantém emprego irregular, eventual e marginal e é entendida como pertencente ao mundo do paupérrimo.

Na sociedade perpassam, entretanto, outras explicações que são apresentadas por setores diferenciados. Conforme Singer (1984), uma delas é a que relaciona o desemprego à deficiência da oferta de mão de obra, ou à má vontade do trabalhador. Essa explicação é bastante antiga e, evidentemente, procura culpabilizar o trabalhador pela sua situação. Em resumo, diz que os que estão nessa condição simplesmente não desejam trabalhar. Outra explicação menciona a deficiência da demanda, ou seja, os desempregados não obtêm trabalho porque as empresas não absorvem o contingente de disponíveis. Tais explicações não tocam a raiz do problema, mas estão disseminadas na sociedade e formam a base de estratégias no combate ao desemprego.

Ainda que se admita que o capitalismo necessite, deseje e mantenha, permanentemente, um contingente de desempregados, o chamado "exército industrial de reserva", o aumento dramático desse quadro aparece na sociedade como um fantasma ameaçador. Gorz (1982) denomina essa situação

de "a sociedade de desemprego que vem progressivamente se instalando sob nossos olhos" (p.12).

Reverendo a história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Serra (1984) identifica três períodos mais agudizantes de perturbação da economia: o que vai de 1929 a 1932, quando o país refletiu a grande depressão mundial; o de 1963 a 1967, com um quadro de relativa recessão, e o que se iniciou em 1981, abrandado em 1985/1986.

Nesse período de recessão, considerado por muitos como a maior que o país enfrentou, tomando-se como exemplo a Grande São Paulo, as pesquisas^(*) indicavam a existência de aproximadamente um milhão de desempregados, durante 1983/1984, o que representava 14 por cento da PEA (população economicamente ativa^(**)). Esse índice se refere àquela parcela da população em idade ativa, involuntariamente privada de trabalho remunerado permanente por falta de oportunidade de colocação no mercado de trabalho disponível.

O reaquecimento da economia após 1986 não foi suficiente para reabsorver o contingente de desempregados. Jaguaribe e colaboradores (1989) projetaram uma curva ascendente do desemprego até o ano 2000, caso aquelas condições existentes durante a pesquisa fossem mantidas. Previram então, cerca de 13 milhões de desempregados em 1990 e mais de 20 milhões para o ano 2000, apenas no setor urbano.

Ora, as análises de Jaguaribe e colaboradores (1989) se fundamentam principalmente em dados da economia entre 1985 e 1988. Em 1990, a pretexto de se combater a inflação, iniciou-se novo processo recessivo. O ano seguinte caracterizou-se pela demissão em massa em quase todos os setores da economia e até o primeiro semestre de 1992 não havia sinais perceptíveis de reaquecimento econômico. O processo de demissão coletiva continuou ocorrendo no primeiro semestre de 1992, porém já não tão freqüente e acentuado.

A atual orientação recessiva na economia pode projetar um quadro mais dramático do que aquele referido por Jaguaribe, a médio prazo, mesmo considerando a possibilidade de reaquecimento da economia. Isto porque a criação de empregos se relaciona mais diretamente ao modelo de crescimento adotado e não a taxa bruta de crescimento alcançada. Assim, por exemplo, o incentivo à automação em uma grande variedade de atividades da economia pode elevar o PIB a um patamar de até 10 por cento ao ano, e o nível de criação de empregos permanecer situado a patamares baixos.

(*) Fonte: DIEESE/SEAD, 1985.

(**) A idade mínima para a inclusão na PEA é de 10 anos, independentemente do sexo. Até 1976, segundo Jaguaribe e colaboradores (1989), o limite era de 14 anos.

Mas o fenômeno desemprego e suas questões ultrapassam os dados estatísticos, onde os números, embora surjam com toda a expressividade, pela dimensão que representam, por si só não retratam a condição psicossocial do trabalhador, o que torna imprescindíveis novos desdobramentos da análise.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO DESEMPREGO

Alguns estudos, no âmbito de outras disciplinas, ao abordarem questões relativas ao desemprego utilizam, além de categorias próprias de seu campo de análise, outras, que poderiam ou deveriam ser aprofundadas pela Psicologia. Não é incomum referências à auto-estima, ao estigma do desemprego, à identidade social do trabalhador, etc. O uso dessas categorias tem uma utilidade meramente complementar ou acessória nessas análises e, por isso, não são exploradas com mais detalhes e rigor. Por exemplo, Barrero e Stroh (1984) e Singer (1985) reconhecem que o desemprego constitui, para o trabalhador, um estigma. Não basta, no entanto, caracterizar o desemprego como um estigma, torna-se importante entender tal processo. Sem dúvida, para a população pobre, ter um emprego significa, além da sobrevivência pessoal e familiar, o próprio reconhecimento da cidadania.

A inserção no mundo do trabalho, regulamentada pela carteira profissional, representa o final de uma etapa de preparação que se inicia, para a grande maioria da população, na pré-adolescência. Tal preparação não se refere apenas à aprendizagem de habilidades profissionais distintas, mas à assimilação de representações sobre o trabalho e à inserção nas relações de produção. A ideologia do trabalho refere-se, aqui, à "aprendizagem" de representações deformadas que as pessoas fazem de si próprias em relação à sua ascensão social individual através do trabalho. Essa representação é colocada, neste contexto, com o mesmo sentido dado por Althusser (1980), que atribui a deformação do real à alienação das relações dos homens com as suas próprias condições de existência e de trabalho.

A aprendizagem instrumental da ideologia, referida pela visão distorcida da realidade, é inculcada na educação (família-escola) com representações do tipo "trabalhar para ser alguém na vida". Nesse sentido, a rescisão de contrato de trabalho, com a ausência de perspectiva de novo emprego, vai além da perda salarial imediata, ou seja, o trabalhador deixa de "responder" aos valores internalizados e pode sentir-se como responsável pela sua situação. Tal sentimento é reforçado externamente pela discriminação exercida pela sociedade em relação aos que estão sem trabalho.

Nesse caso, a perda do referencial de filiação grupal (trabalho e camaradagem que o emprego proporciona), da rotina diária com os compa-

nheiros de serviço, da participação no movimento sindical, da expectativa de projetos familiares, da "posição" perante a família e parentes, deixam o desempregado com os sentimentos de solidão e desamparo social realçados.

Nos períodos recessivos, a expectativa de obtenção de novo emprego se desfaz à medida em que a procura se torna ineficaz. O compartilhamento da experiência com outros significantes, como parentes, amigos e antigos companheiros facilita uma avaliação em termos de perpetuidade prolongada da situação. Dito de outra forma, o trabalhador percebe como bastante improvável (Del Prette, 1990a) a recuperação de emprego semelhante ao que perdeu, tanto em relação ao salário quanto à ocupação e relações estabelecidas.

A grande massa de desempregados desenvolve estratégias individuais de sobrevivência. Dentre essas, uma bastante freqüente, indicada pela própria lógica do sistema, consiste na mudança de atividade produtiva. Os dados referentes a uma pesquisa sobre um movimento de desempregados (Del Prette, 1990a) mostraram que a atividade mais procurada pelos participantes era a de comércio. Em adição à tentativa de mudança de atividade, os desempregados combinam várias outras estratégias de sobrevivência como: mudança de residência em busca de aluguel mais barato, venda de bens próprios, solicitação de ajuda de parentes e a prática da ajuda mútua.

Além das estratégias individuais, uma parcela dos que estão sem trabalho se organiza em ações coletivas, através de seus sindicatos ou independente destes. Algumas dessas ações coletivas podem ter um caráter efêmero e visam a solução de um item ligado à sobrevivência pessoal e familiar, como pode ser exemplificado pelas invasões urbanas (Del Prette e Xavier de França, 1990). Outras, podem ter um caráter de maior durabilidade e procuram cobrir vários itens relacionados à sobrevivência, através da manutenção de emprego ou de sua recuperação. Entre inúmeros exemplos pode-se indicar a greve dos metalúrgicos da Autolatina em fevereiro/março de 1991, visando a sustação das demissões de milhares de funcionários, e o movimento dos trabalhadores do porto de Santos, no mesmo período, objetivando a readmissão de cerca de 6000 trabalhadores dispensados pelo governo^(*).

As ações coletivas de pessoas ameaçadas de perda de emprego ou já desempregadas, como as que formaram o Movimento de Luta Contra o Desemprego de São Paulo, entre 1983 a 1985, não podem ser tomadas pelo referencial da psicopatologia, sob o risco de se revisitar o paradigma da irracionalidade da ação das massas, tão utilizado no século passado.

(*) Os dois eventos foram amplamente noticiados pela imprensa. O leitor poderá encontrar referências nas revistas "ISTO É, Senhor" e "Veja", de fevereiro de 1991.

Pode-se dizer, com base em teorias não clínicas (Del Prette, 1990a,b), que a filiação do indivíduo a um movimento reivindicativo de direito ao trabalho e à assistência social pelo Estado provê condições de superação de sentimentos negativos e de construção de uma nova identidade social ligada ao exercício da cidadania.

CONCLUSÃO

Nas sociedades avançadas, denominadas de pós-industriais, onde a jornada de trabalho tende a ser progressivamente reduzida, aparece uma certa tendência de análise, conduzida por vários autores (Ilich, 1979; Gorz, 1980, 1981; Feather, 1982), que questiona o trabalho enquanto centro da experiência humana colocando ênfase na priorização de outras atividades, como o jogo coletivo, o tempo livre, o rito religioso e a atividade criativa necessariamente não remunerada, enquanto possíveis dimensões de realização psicossocial do homem.

Nas sociedades periféricas, a discussão principal ainda se atém à necessidade de se criar condições para que o direito ao trabalho e à remuneração digna sejam respeitados.

No âmbito da Psicologia, a análise precisa superar a visão dicotômica e incorporar o trabalho e o não trabalho como fatos psicossociais. Por outro lado, a análise do desemprego na perspectiva clínica, tem um alcance limitado. Além de culpabilizar o trabalhador ao representá-lo como frágil e deficiente, a análise clínica se aplica apenas a um segmento da população desempregada e da experiência por ela vivenciada. É importante considerar que a psicopatologia do trabalhador sem emprego é apenas parte do problema.

Tomando por base a questão levantada por Singer (1970, p.17) sobre se "deveria a dinâmica populacional ser adaptada à estrutura econômica ou deveria esta ser adaptada às necessidades do crescimento populacional?", podemos dividir, os estudos psicológicos sobre o desemprego em duas classes mais gerais: os de análise e os de intervenção.

Em uma ou outra classe, o desemprego não pode ser visto meramente como excesso relativo de mão de obra ou de disponibilidade excessiva da força de trabalho. Mais do que isso, o não trabalho involuntário se configura como um fenômeno com dimensões que extrapolam a sua ligação com a economia e o desenvolvimento nacional. É um fenômeno que se caracteriza também, e principalmente, por um rompimento de uma relação entre duas categorias distintas, a do empresariado (empregador) e a do trabalhador (empregado). Essa quebra na relação, formalizada através de um contrato deriva para uma dessas classes, a do trabalhador, uma expe-

riência aversiva ou razoavelmente traumática, como preferem alguns, que afeta seus sentimentos, atitudes e comportamentos de diferentes maneiras e em diferente extensão.

A análise do fenômeno implica portanto em um conhecimento multidisciplinar necessário tanto nos estudos analíticos como nos de caráter intervencionista. Sociólogos, assistentes sociais, sindicalistas, etc., poderiam dar uma valiosa contribuição aos estudos psicológicos, e vice-versa. Algumas experiências acumuladas no âmbito da Psicologia não devem ser deixadas de lado. Entre essas, em uma abordagem motivacional, pode-se citar a de Cuba e a da Venezuela, especialmente interessantes por levarem em consideração variáveis culturais. Pode-se lembrar, entre outros autores, Romero-Garcia, 1985, 1990; Alayón, 1990; Farinas, 1990; Morales de Romero, 1990; Hermandes, 1990.

Por outro lado, os estudos cognitivos sobre a depressão, em particular os de Seligman (1974) e o de Beck e colaboradores (1982) podem também possibilitar *insights* interessantes na elaboração de programas de intervenção, ao levarem em conta a reestruturação cognitiva como uma condição importante na superação das graves crises de existência entre as quais se inclui o desemprego prolongado.

Com base nos estudos de Seligman (1974, 1991), Rodrigues (1991) defende o otimismo flexível como um recurso no enfrentamento das dificuldades sociais por que passam os brasileiros há mais de uma década. Ainda que não se refira, especificamente ao desemprego, a aprendizagem do otimismo flexível poderia garantir melhores condições de enfrentamento aos problemas dos que buscam colocação no mercado de trabalho.

Não se trata meramente de substituir o "pensamento mágico" ou a "esperança passiva", pelo otimismo flexível, como traço permanente no jeito de ser do trabalhador, mas de impedir que o desamparo se instale, desenvolvendo-se um estilo atribucional que fortaleça atitudes positivas nas tentativas de superação dos problemas. A concepção de programas de treinamento (intervenção) também deve se distanciar das promessas ingênuas dos livros de receitas sobre a "felicidade ao alcance de todos". A noção do otimismo flexível, como colocada por Rodrigues, não exclui o criticismo sobre a realidade social em que se vive e a necessidade de uma visão política menos deformadora da realidade e das questões próprias do desemprego.

Uma intervenção nessa linha poderia ser combinada com o treinamento de habilidades interpessoais e instrumentais, tendo como base a noção do direito ao trabalho, à educação e à saúde (Del Prette, 1985a,b; Del Prette, 1985). Tal treinamento poderia orientar-se tanto para o domínio de novas tecnologias quanto para o refinamento e diversificação das já em uso.

O quadro extremamente preocupante da situação de desemprego e miséria do país, representa, portanto, um campo que o psicólogo não pode ignorar. A nível da pesquisa, a análise poderia implicar na revisão de modelos e teorias em direção à composição de um referencial psicossociológico para o fenômeno, onde o peso dos aspectos psicológicos se fariam mais pertinentes e consistentes.

ABSTRACT

DEL PRETTE, A. *The chronic unemployment in the country: social and psychological aspects.* *Estudos de Psicologia*, 10(1): 119 - 130, 1993.

In this paper, the clinical view about unemployment is discussed in contrast to a psychosocial perspective. The analysis shows the possibility of the psychologist acting close to the unemployed in their individual and/or collective survival strategies and their acting of working rights. Also, it emphasizes the importance of research upon these aspects.

Key words - unemployment, action of social psychologist, research

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAYÓN, I.R. (1990) *Proyecto de desarrollo motivacional de jóvenes trabajadores que ingresan en una empresa productiva en Cuba*. Mérida: Memorias Edemo 3.
- ALTHUSSER, L. (1980) *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editora Presença.
- ANASTASI, A. (1971) *Campos da Psicologia Aplicada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BARRERO, O.A.P. e STROH, P. (1984) O movimento dos desempregados nas ruas: uma prática fora de tempo e lugar? *Espaço e Debates*, 10, 42-60.
- BECK, A.T.; RUSH, A.J.; SHAW, B.F. e EMERY, G. (1982) *Terapia cognitiva da depressão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DEL PRETTE, A. (1985a) Treinamento comportamental: uma alternativa de atendimento à população não clínica. *Revista de Psicologia*, 3(1), 67-81.
- DEL PRETTE, A. (1985b) Treinamento comportamental em grupo: uma análise descritiva de procedimentos. *Psicologia*, 11(2), 39-54.
- DEL PRETTE, A. (1990a) *Movimentos sociais em uma perspectiva psicológico-social - o Movimento de luta Contra o Desemprego*. Tese de doutoramento: Universidade de São Paulo.
- DEL PRETTE, A. (1990b) Em busca de uma abordagem psicológica na análise dos novos movimentos sociais. *Ciência e Cultura*, 42(12), 1060-1066.
- DEL PRETTE, A. e XAVIER DE FRANÇA, D. (1990) Aspectos psicológicos e sociais das invasões urbanas. *ANAIIS do III Simpósio Nacional de Pesquisa e Intercâmbio Científico - ANPEPP*.
- DEL PRETTE, Z.A.P. (1985) Uma análise descritiva de processos comportamentais em um programa de treinamento em grupo. *Psicologia*, 11, (1), 45-63.
- EISENBERG, P. e LAZARSFELD, D.F. (1983) The psychological effects of unemployment. *Psychological Bulletin*, 35, 358-390.
- FEATHER, N.T. e DAVENPORT, P.R. (1981) Unemployment and depressive affect: a motivational and attributional analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 422-436.
- FEATHER, N.T. e BARBER, J.G. (1982) Depressive reactions and unemployment. *Journal of Abnormal Psychology*, 92, 185-195.
- FEATSCHER, I. (1982) Mudanças na importância econômica e no sentimento do trabalho. *Revista Concillium*, 180, (10), 70-78.
- GORZ, A. (1980) *Crítica a divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.
- GORZ, A. (1982) *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ILLICH, I. (1979) *O direito ao desemprego criador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HERMÁNDEZ, O.D. (1990) *Modelo sociopsicológico integrativo para el estudio de la motivación profesional*. Mérida: Memórias Edemo 3.
- JAGUARIBE, H. DO VALLE e SILVA, N. ABREU, M.P., ÁVILA, F.B. e FRISCH, W. (1989) *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JAHODA, M. (1981) Employment and unemployment: values, theories and approaches in social research. *American Psychologist*, 36, 184-191.
- KRIETMEYER, R. (1982) Gênese e desenvolvimento do direito ao trabalho. *Revista Concillium*, 180, (10), 28-47.
- MARX, K (1984) *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural (vol. I).
- MORALES DE ROMERO, N.M. (1990) *Conceitos metafóricos sobre trabajo, éxito y fracaso en la cultura venezolana*. Mérida: Memórias Evemo 3.
- O'BRIEN, G.E. (1985) Distortion in unemployment research: the studies of bakke and their implications for current research on employment and unemployment. *Human Relations*, 38, (9), 877-894.
- ROMERO-GARCIA, O. (1985) *Motivando para el trabajo*. Caracas, Cuadernos Lagoven - Série Siglo XXI.

- ROMERO-GARCIA, O. (1990) *Control, optimismo y superación de la crisis*. Mérida: Memorias Evemo 3.
- RODRIGUES, A. (1991) *Do desamparo ao otimismo aprendido*. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. (mimeo).
- SELIGMAN, M.E.P. (1974) Depression and learned helplessness. In: R.J. Friedman e M.M. Katz (eds) *The psychology of depression*. Washington, D.C.: Hemisphere.
- SELIGMAN, M.E.P. (1991) *Learned optimism*. New York: Alfred Knopf.
- SERRA, J.A. (1984) A crise econômica e o flagelo do desemprego. *Revista de Economia e Política*, 16, 11-25.
- SINGER, P. (1970) *Dinâmica profissional e desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP.
- SINGER, P. (1985) A estratégia da sociedade civil no combate ao desemprego. *Novos Estudos - CEBRAP*, 11. (7), 10-16.
- TIFFIN, J. e McCORMICK, E.J. (1969) *Psicologia Industrial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.